

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



### Lei 14.550, de 19 de abril de 2023

#### Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini  
Rosimari Maria De Souza Aguiar  
Renato Horta Rezende  
Willian Natan De Almeida  
Luciana Calado Pena

#### Categoria do Trabalho

1

#### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

#### Introdução

A Lei 14 550/2023, que altera a Lei 11 340/2006 (Lei Maria da Penha), dispõe sobre medidas protetivas de urgência estabelecendo que aquela Lei deve ser aplicada, nos casos de violência contra a mulher no âmbito doméstico e familiar, independentemente da motivação do ofensor. A mencionada Lei alterou o art. 19 da Lei nº 11 340/2006 que passou a vigorar com o incremento dos § 4ª, 5º e 6ª. Tais parágrafos garantem a concessão de medida protetiva de urgência em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou da apresentação de suas alegações escritas, que serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, de ajuizamento da ação penal ou cível e da existência de inquérito policial ou de registro de boletim de ocorrência e, além disso, garantindo que as medidas protetivas irão vigorar enquanto o risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida persistir.

#### Objetivo

O presente trabalho consiste em mostrar como a Lei 14 550 completa a Lei 11.340/06 no que tange à proteção e segurança da mulher. O intento é extinguir o iminente perigo ou reduzi-lo drasticamente, visa atender ao disposto na CF/88, art. 226 § 8º "O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações".

#### Material e Métodos

Usamos como fonte de pesquisa a Lei 11.340/06, a Constituição Federal de 1988 e a Lei 14.550, que entrou em vigor em 19 de abril de 2023, que promoveu importantes alterações na Lei 11.340/06.

Esta seção busca apresentar um levantamento quantitativo das produções sobre a Lei Maria da Penha, e em maior valor, as medidas de proteção para o apoio e acolhimento de mulheres vítimas de violências domésticas e familiar.

Segue alguns princípios fundamentais para a aplicação e compreensão da lei, contribuindo para a proteção e promoção dos direitos das mulheres no Brasil.

# III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

## OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



I-Princípio da Proteção Integral

II-Princípio da Presunção de Vulnerabilidade

III-Princípio da Igualdade

IV-Dignidade da Pessoa Humana

V-Princípio da Celeridade

### Resultados e Discussão

A Lei 14 550/23 é um ganho na luta a violência contra a mulher que socialmente encontra-se em posição de vulnerabilidade em relação ao homem, seja por estereótipos definidos na nossa sociedade, seja por ser biologicamente mais frágil. A introdução de uma Lei que permite que a mulher consiga a medida protetiva em caráter de urgência, de forma célere sem a necessidade de ter ajuizado uma ação anteriormente ou um boletim de ocorrência, que objetiva sua proteção e segurança, representa uma preocupação do Estado em proteger um bem relevante e garantir um direito fundamental que é expresso na Constituição: a dignidade da pessoa humana. A lei garante que a medida protetiva de urgência será deferida pelo Juiz pois estará vinculada ao perigo e não a necessidade de um procedimento.

### Conclusão

Medida protetiva de urgência pode salvar vidas. Esse importante instrumento que visa assegurar e amparar mulheres em situação de perigo no âmbito doméstico, deve ser propagado, conhecido e reconhecido pela sociedade, a fim de garantir que as mulheres possam encorajar-se a procurar a ajuda necessária e para que a sociedade também atue no processo de garantir um ambiente socialmente mais seguro.

### Referências

Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006

Lei 14.550, de 19 de abril de 2023

Constituição da República Federativa do Brasil de 1998